

## **MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NOS ESTADOS DO MARANHÃO, CEARÁ, PIAUÍ E RIO GRANDE DO NORTE**

**Aurora Amélia Brito de Miranda**

Universidade Federal do Maranhão, Baasil

**César Augustus Labre Lemos de Freitas**

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

**Solimar Oliveira Lima**

Universidade Federal do Piauí, Brasil

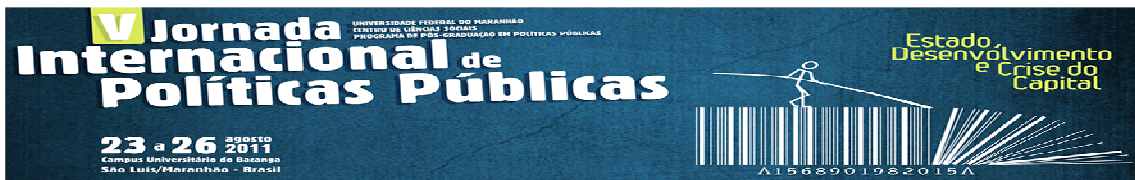
### **RESUMO**

Em uma economia globalizada, o trabalho vem sofrendo várias alterações, expressas principalmente nas novas formas de contratação. Num processo de competitividade a palavra de ordem passa a ser a redução dos custos via, retirada dos direitos trabalhistas e precarização das relações de trabalho. Neste sentido, analisamos a categoria trabalho e economia solidária num contexto social, político e econômico de profundas transformações, em que valores e princípios, como cooperação, autogestão e solidariedade são fundamentais. Em que se busca uma participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito ao direito dos trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, apresentaremos as definições gerais de economia solidária, valores e princípios gerais a partir do Sistema de Informações em Economia Solidária. E um resumo dos dados parciais de 2009-2010.

### **METODOLOGIA MAPEAMENTO 2009-2010**

Os principais elementos de investigação são: as características gerais dos empreendimentos, a tipificação e dimensionamento da atividade econômica, investimentos, acesso a crédito e apoios, gestão do empreendimento, situação de trabalho no empreendimento, dimensão sociopolítica e ambiental e gênero



Para a execução do mapeamento (aplicação dos questionários) em 2009 - 2010, o Núcleo Unitrabalho/UFMA compôs uma equipe de pesquisa com 18 pesquisadores (entrevistadores), 02 Auxiliar técnico, ( Cord. Estadual e Regional) 01 Coordenador Estadual, 10 digitadores, 01 supervisor de campo e 01 Coordenador Regional que atuaram nos estados do Maranhão, Rio Grande Norte, Ceará e Piauí.

Na etapa 2009-2010 estão sendo realizadas as seguintes atividades de coleta de informações:

1. Revisita em todos os EES que compõem a base de dados dos SIES 2005-2007. A esta lista de EES serão incorporados novos EES a partir da sua identificação e levantamento preliminar realizado pela CGE e pelas CTE, além daqueles que se auto-declararem diretamente no SIES
2. A atualização das informações das Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF) já incluídas na base de informações e inclusão de novas EAF;
3. A incorporação do SIES das Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES), com a aplicação de questionário específico para as mulheres;

As atividades estão sendo realizadas em 03 momentos

1. A identificação e levantamento preliminar dos EES, das Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF) e das Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES), com a aplicação de questionário específico para as mulheres

2. Coleta de informações com visitas aos EES e PPES e

3. Alimentação da base de dados informatizados do sistema;

Considerações finais

Dificuldades enfrentadas:

Limites da Economia Solidária e das políticas públicas estaduais

Referências

## MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NOS ESTADOS DO MARANHÃO, CEARÁ, PIAUÍ E RIO GRANDE DO NORTE.

Aurora Amélia Brito de Miranda<sup>1</sup>

### RESUMO

Em uma economia globalizada, o trabalho vem sofrendo várias alterações, expressas principalmente nas novas formas de contratação. Neste contexto, analisamos a categoria trabalho e o desenvolvimento de experiências, que atualmente se denomina Economia Solidária, valores e princípios gerais a partir do Sistema de Informações em Economia Solidária/SIES. A metodologia do Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos e Solidários de 2009-2010.

**Palavras-chave:** Trabalho, Economia Solidária. Mapeamento dos Empreendimentos. Econômicos Solidários.

### ABSTRACT

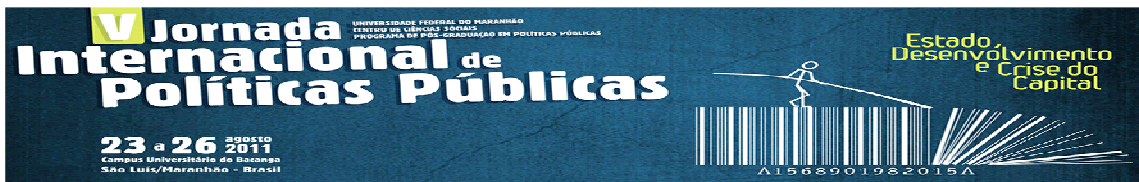
In a globalized economy, the work has undergone several changes, mainly expressed in new forms of engagement. In this context, we analyzed the category and the development of work experience, which currently is called Solidarity Economics, values and principles from the Information System Solidarity Economy / SIES. The methodology of mapping of the Enterprises and Economic Solidarity of 2009-2010.

**keyword:** Labor, Solidarity Economy, Mapping projects Economic Solidarity.

### INTRODUÇÃO:

Em uma economia globalizada, o trabalho vivo vem sofrendo várias alterações, expressas principalmente nas novas formas de contratação. Esse processo iniciou-se nos anos 1970, quando se esgotou a “onda longa expansiva” (MANDEL, 1990) da dinâmica capitalista, que tinha no chamado Welfare State sua mais acaba representação. Este tinha como principais características a alocação de fundos públicos na constituição de políticas econômicas e sociais, que favoreceu a

<sup>1</sup>Doutora em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). [ameliabm@uol.com.br](mailto:ameliabm@uol.com.br) . colaboradores: Renata Valéria Pereira da Silva e Maria dos Reis Santos Araújo.



ampliação do consumo por parte dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que desmercantilizava o atendimento de algumas necessidades sociais, via políticas sociais públicas, assim, a ação estatal permitia a liberação de salários reais e o conseqüente aumento da demanda por consumo de mercadorias, criando as condições para o surgimento da produção e do consumo em massa, próprio do regime fordista de produção.

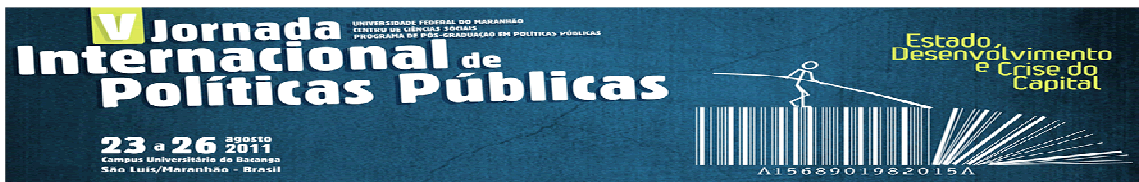
Com a derrocada desse sistema, seguiu-se o que Braga (1996) denomina de “restauração do capital”, que se efetiva basicamente por dois movimentos: 1) a redefinição das bases da economia através da re-estruturação produtiva e das mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” e que chegaram a produzir as equivocadas teses do “fim da sociedade do trabalho” e conseqüentemente o “desaparecimento” do proletariado como classe; 2) a ofensiva ideopolítica necessária à construção da hegemonia do grande capital, evidenciada na emergência do imperialismo e de uma nova fase do capitalismo, marcada pela acumulação capitalista com predomínio rentista (HARVEY, 2004).

Desde a sua origem, o homem busca satisfazer as suas necessidades físicas e materiais, sendo reproduzida historicamente em toda ação humana para que este continue sobrevivendo. É pelo trabalho, ou seja, por uma atividade/ação desenvolvida sob determinadas formas, que o homem busca responder as suas necessidades e produzir riqueza.

Conforme Marx (2006 p. 211), o trabalho é

[...] um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

Tal concepção é de suma importância, uma vez que permite compreender que o homem não consegue existir sem a natureza, pois esta é transformada por ele através do trabalho para satisfazer as suas necessidades. Assim, o trabalho é algo mais do que apenas uma interação entre a natureza e o homem, é segundo Netto e Braz (2007) “uma interação no marco da própria sociedade”, no qual transforma os seus sujeitos e sua organização e faz emergir desta interação um novo tipo de ser, o ser social.



Netto e Braz (2007, p. 34) afirmam que,

[...] foi através do trabalho que, grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**

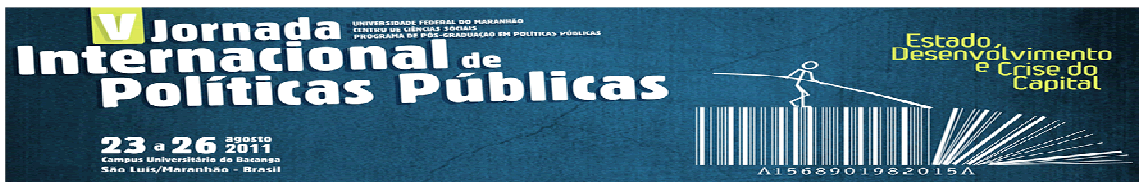
É por meio do trabalho que o homem conseguiu se transformar em ser social, a partir de uma estrutura natural, que ao longo do tempo começaram a emergir características distintas da natureza. Logo, observa-se que o trabalho é inerente ao homem, pois é através dele que a sociedade é transformada.

Na sociedade capitalista o trabalho assume uma forma assalariada. Contudo, para Marx (1996), o capitalismo constituiu uma divisão do trabalho única na história e que marcou todo o seu modo de produção. Essa divisão baseou-se na separação entre trabalho intelectual e o trabalho manual, concretizando a separação entre o trabalho concreto (produtor de valor de uso, constituído de qualidades) e o trabalho abstrato (social, universal, comum a todos os homens, produtor de valor de troca). Esta separação é meramente didática, pois numa mercadoria há sempre valor de uso, que se caracteriza pelo trabalho concreto e o valor de troca, que se refere ao trabalho abstrato. Assim, o trabalho enquanto valor de uso, enquanto teleologia nunca perde o seu fundamento.

É nesta sociedade que se sedimenta o domínio da mercadoria, isto é, da coisa. A mercadoria assume a forma valor de troca e se “emancipa” de seu criador, do homem, tornando-se fetiche; impondo-lhe gostos e usos dos mais diversos.

A mercadoria, enquanto força de trabalho, assume uma especificidade especial na sociedade capitalista que é a de ter em seu valor-de-uso a utilidade de gerar valor, logo ela é geradora de riqueza para o capitalista. Para Marx, a mercadoria caracteriza-se como uma particularidade histórica no sistema capitalista (Marx, 2006, p.199).

Já o trabalhador como força de trabalho (no trabalho assalariado) insere-se em uma condição tal que fica a serviço do capitalista – comprador da força de trabalho, possuidor do dinheiro –, o que resulta em dois fenômenos: por um lado, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, o qual dita o ritmo, a organização e a forma do trabalho; por outro, o produto gerado é propriedade do capitalista (Marx, 2006, p.218). Para o trabalhador não resta outra possibilidade de existir, de reproduzir-se, de manter-se vivo, a não ser tornar-se a si mesmo uma mercadoria.



Assim, para Marx (2006, p. 206), o trabalhador neste modo de produção capitalista se encontra "... tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado."

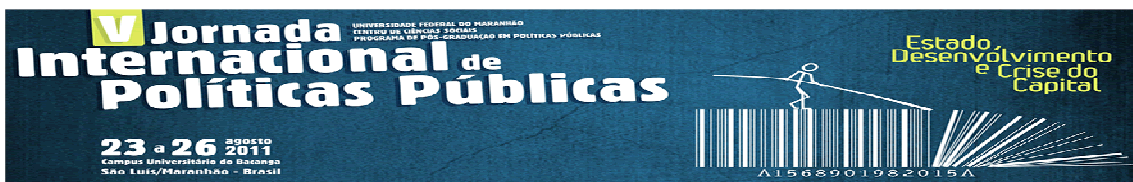
Entendemos que o trabalho continua sendo a esfera central do homem, seja no aspecto material, objetivo (exterior), ou na formação das subjetividades, tendo como ponto de partida as condições reais de existência dos homens, a começar pela sua própria sobrevivência, através da produção dos meios necessários que se efetiva pelo trabalho.

Na contemporaneidade, às exigências imediatas do grande capital, para superar sua crise, intensifica o processo de restauração capitalista que se resume em três características: "flexibilização" (da produção e das relações de trabalho), "desregulamentação" (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e a "privatização" (do patrimônio estatal). A "desregulamentação" e a "flexibilização" que o capital vem implementando superdimensionam às atividades de natureza financeira (resultado seja da superacumulação, seja da especulação desenfreada), que sem controle dos Estados-Nacionais e dotadas, graças às tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço-temporal.

No Brasil, o processo de re-estruturação produtiva se inicia nos anos 1980, mas se intensifica nos anos 1990 a partir do processo de acumulação flexível e do toyotismo (modelo japonês), em que a produtividade é potencializada através da implantação de diversas formas de subcontratação e terceirização da força de trabalho, além da descentralização das unidades de produção, - a "fábrica difusa" -, que é fomentada em vários ramos, propicia uma "mobilidade" (ou "desterritorialização") dos pólos produtivos, principalmente em regiões sem tradição industrial.

Ao mesmo tempo, os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital, através do *crescimento exponencial da força de trabalho excedentária*, que se efetiva via "desemprego estrutural". Assim, o chamado "mercado de trabalho" vem sendo radicalmente reestruturado, por "inovações" que levam à precarização das condições de vida dos vendedores de força de trabalho.

A economia solidária ressurgiu nesse contexto social, político e econômico de profundas transformações, em que valores e princípios, como cooperação, autogestão e solidariedade são fundamentais. Em que se busca uma participação



ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito ao direito dos trabalhadores e trabalhadoras.

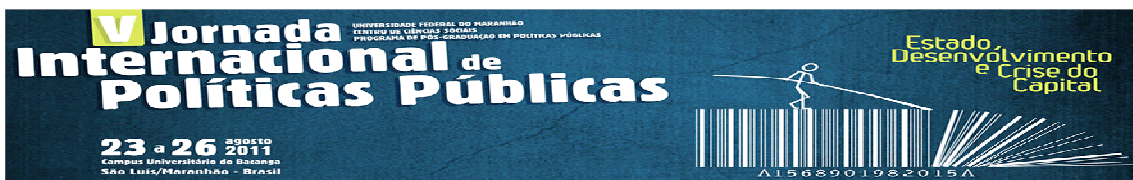
No entanto, o desenvolvimento de experiências, que atualmente são denominadas de Economia Solidária, existe no Brasil desde a metade dos anos 1950 1960 só que com outra denominação, como projetos alternativos, economia popular, alternativa de sobrevivência, que se realizaram a partir das experiências da Cáritas Brasileira, através da sua linha de apoio a Projetos Alternativos Comunitários (PAC's), passando pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e nos anos 1980 e 1990 se amplia com a Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (ACCMV), que além de distribuir alimentos, passou também a fomentar a geração de trabalho e renda.

Nesse contexto, cabe situar que o período de 1985-1990, correspondeu à fase de transição para a Democracia Liberal. Nesse momento, iniciavam-se as lutas sociais em favor da liberdade, da participação popular e da busca incessante por acesso aos direitos trabalhistas. É também nesse contexto que ascendeu um novo Sindicalismo e, também a instauração da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A partir do Regime Democrático, a relação entre Estado e Sociedade Civil tornou favorável a instauração e evolução desse processo. Ademais, ressalta-se que os movimentos sociais organizados foram de suma importância na luta para a constituição da Economia Solidária como, por exemplo: a ADS (agência de Desenvolvimento Solidário), ligado à CUT, a ANTEG (Associação Nacional dos trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), as ONGs, o Movimento da Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e das Incubadoras de Cooperativas apoiadas por Universidades, a Teologia da Libertação.

Em 2003, a Economia Solidária elevou-se à categoria de política pública (BRASIL. Lei nº 10.683/2003), através do Decreto nº 4.764/2003.

Nesse mesmo ano, houve a realização da III Plenária Nacional de Economia Solidária. Neste evento foi instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O Fórum é responsável por articular, mobilizar as bases da Economia Solidária em todo país e realizar a interlocução junto ao Governo Federal, a outros movimentos sociais e a organizações internacionais, em nome da Economia Solidária.



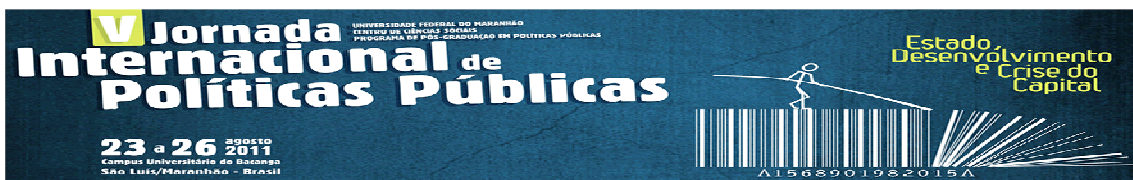
Ainda em 2003, tem-se a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego que passou a assumir, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores. A SENAES colabora com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego “fomentando e apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária”. Com a função também de desenvolver o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”. Destaca-se que o Professor Paul Singer, estudioso dessa temática exerce a função de Secretário Nacional de Economia Solidária.

## **1. METODOLOGIA MAPEAMENTO EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE 2009-2011.**

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES) tem entre seus objetivos favorecer o desenvolvimento e divulgação da Economia Solidária. O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (Plano Plurianual 2008-2011) prevê a ação de Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para a Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES, com a finalidade de constituir um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Esta é uma iniciativa pioneira no país e no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários. Entidades de Apoio e Políticas Públicas de Economia Solidária. Esse trabalho iniciou-se em 2003, a partir da criação da SENAES e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que assumiram conjuntamente a tarefa de “realizar um mapeamento da Economia Solidária no Brasil com os objetivos de proporcionar a visibilidade e a articulação da Economia Solidária e de oferecer subsídios aos processos de formulação de políticas públicas” (Brasil, 2007).

O Maranhão participou do primeiro Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários realizados em 2005 – 2007, em que o Núcleo Unitrabalho/UFMA mapeou 793 Empreendimentos Econômicos Solidários em 86 (oitenta e seis) municípios maranhenses.





De acordo com o (Guia de Orientações e procedimentos do SIES-2009/2010, vol. 1), para Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, a Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas – *produção, distribuição, consumo, finanças e crédito* – organizados e realizados de forma solidária pelos trabalhadores e trabalhadoras de forma coletiva e autogestionária.

Este conceito geral explica os valores e princípios fundamentais da economia solidária: *cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica*.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são:

1. Organizações coletivas – consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clube de trocas, redes, etc, em que seus participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) do meio urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como alocação dos resultados.

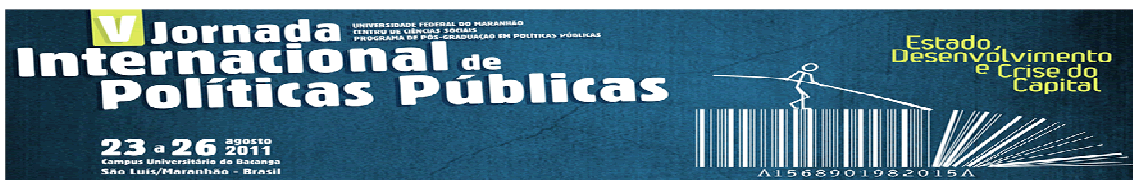
2. Permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;

3. Dispõem ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

As Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF), são aquelas *organizações que realizam ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários*, tais como: Capacitação, formação e qualificação; Assessoria e acompanhamento; Incubação e fomento de Empreendimentos; Assistência técnica e organizativa; Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais;

O SIES as definiu não pelas características organizacionais, mas pelas atividades desenvolvidas (assessoria, assistência, etc.) e pelo público envolvido (Empreendimentos Econômicos Solidários).

No âmbito do SIES, compreendem-se como Políticas Públicas de economia solidária, aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária.



Os beneficiários diretos são trabalhadores (as) e/ou sócios(as) de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), considerando-se tanto os que já estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição;

Os principais elementos utilizados para realização do Mapeamento foram: as características gerais dos empreendimentos, a tipificação e dimensionamento da atividade econômica, investimentos, acesso a crédito e apoios, gestão do empreendimento, situação de trabalho no empreendimento, dimensão sociopolítica e ambiental e gênero

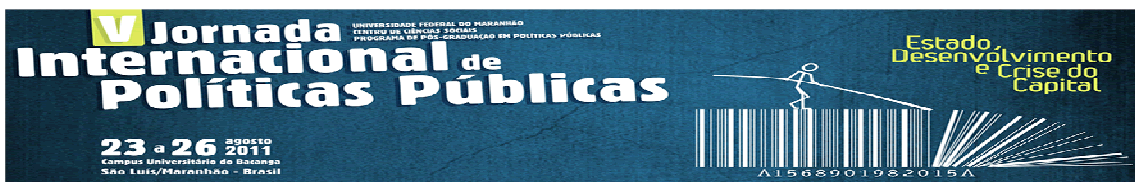
Na execução das atividades de realização do mapeamento (aplicação dos questionários) em 2009 - 2011, o Núcleo Unitrabalho/UFMA compôs uma equipe de pesquisa com 18 pesquisadores (entrevistadores), 02 Auxiliar técnico, (Cord. Estadual e Regional) 01 Coordenador Estadual, 10 digitadores, 01 supervisor de campo e 01 Coordenador Regional que atuam nos estados do Maranhão, Rio Grande Norte, Ceará e Piauí.

Os procedimentos metodológicos do Mapeamento dos EES no Maranhão seguiram as determinações da SENAES. A equipe foi selecionada a partir de edital público. Toda a equipe recebeu capacitação sobre a metodologia do Mapeamento que buscou investigar as características gerais dos empreendimentos, a tipificação e dimensionamento da atividade econômica, formas de investimentos, acesso a crédito e apoios, gestão do empreendimento, situação de trabalho no empreendimento, dimensão sociopolítica e ambiental, e de gênero.

O processo de seleção da equipe, assim como a capacitação foi acompanhado diretamente pelo Fórum Estadual de Economia Solidária e pela Comissão Gestora Estadual – CGE, esta comissão participou também do processo de definição das estratégias para garantir maior cobertura e abrangência do Mapeamento nos municípios.

Estão sendo realizadas as seguintes atividades de coleta de informações:

1. Revisita em todos os EES que compõem a base de dados dos SIES 2005-2007. A esta lista de EES serão incorporados novos EES a partir da sua identificação e levantamento preliminar realizado pela CGE e pelas CTE, além daqueles que se auto-declararem diretamente no SIES
2. A atualização das informações das Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF) já incluídas na base de informações e inclusão de novas EAF;



3. A incorporação do SIES das Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES), com a aplicação de questionário específico para as mulheres;

As atividades estão sendo realizadas em 03 momentos

1. A identificação e levantamento preliminar dos EES, das Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF) e das Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES), com a aplicação de questionário específico para as mulheres

2. Coleta de informações com visitas aos EES e PPES e

3. Alimentação da base de dados informatizados do sistema;

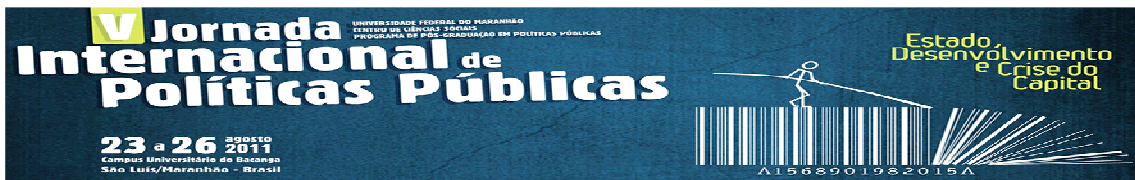
## CONCLUSÃO

As maiores dificuldades enfrentadas pelos EES, são a comercialização, o acesso ao crédito, as péssimas qualidade das estradas, a comunicação precária e falta de apoio, assessoria e ausência/debilidade das políticas governamentais.

Os desafios para a construção da política pública de Economia Solidária é o atual modelo de desenvolvimento. O que implica a construção de um outro desenvolvimento pelos trabalhadores (as) e comunidade de trabalhadores como sujeitos conscientes e ativos do seu próprio desenvolvimento, gestores e proprietários dos empreendimentos em que trabalham; um projeto ao mesmo temposocioeconômico, político, cultural e ambiental, cuja fonte de valor e de identidade seja o trabalho emancipado. Esta emancipação tem dois sentidos, conforme Arruda (2003, p. 267) libertar o trabalho das amarras da mera sobrevivência material e o outro, o da partilhar entre todos da fração do tempo de trabalho poupado pela introdução de novas tecnologias. *Tempo disponível*, de acordo com Arruda (2003) passa ser a medida de riqueza, não a material, mas a riqueza humana. Dessa forma, a emancipação do trabalho implica o resgate do trabalhar por prazer, de criar, de gerar conhecimentos e de aplicá-los na nossa própria transformação e do mundo. E assim, seremos capazes de gerir o próprio desenvolvimento e construir a nossa própria história.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA. Marcos. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, Antônio David (Org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.



BRAGA, R. A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informação Solidária-SIES. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 16 jun 2011.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, Antônio David (Org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril cultural, 1992.

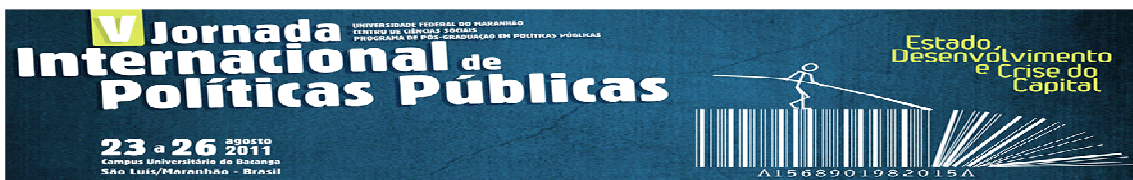
MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitech, 1996.

\_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Sistema de Informações em Economia Solidária-SIES. 2009/2010. Vol. 1. Guia de Orientações e Procedimentos do SIES. Brasília, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, P. Introdução a economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



## A CRISE DE REPRODUÇÃO SOCIAL POR MEIO DO SALÁRIO E AS ALTERNATIVAS APRESENTADAS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

César Augustus Labre Lemos de Freitas<sup>2</sup>

### RESUMO

A crise de reprodução social por meio do salário no capitalismo empurra massas trabalhadoras para outras relações de produção, tais como se realiza na economia solidária. Faz-se necessário, portanto, avaliar e comparar como ocorre esta reprodução no circuito deste movimento.

**Palavras-Chave:** crise; reprodução social; economia solidária.

### ABSTRACT

The crisis of social reproduction through wage working people under capitalism pushesto other relations of production, such as takes place in the social economy. Is necessarytherefore to assess and compare how this reproduction occurs in the circuit of this movement.

**Keyword:** crisis; social reproduction; social economy

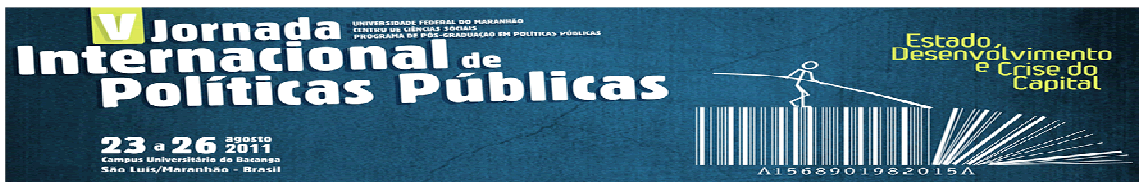
### INTRODUÇÃO

Os homens na reprodução de suas condições de existência estabelecem relações sociais determinadas historicamente e em relação dialética com o desenvolvimento das forças produtivas de cada época. Ao conjunto das relações de produção e forças produtivas, Marx (1859) denominou de modo de produção social.

A combinação de determinadas forças produtivas e relações de produção, no entanto, não aprece de maneira homogênea no tempo e nem no mesmo espaço geográfico, pois a história se produz numa relação dialética entre singular e o universal. O movimento histórico se constitui, em permanente relação, entre o universal de nossos tempos, a sociedade capitalista, e suas diferentes expressões singulares, marcadas pelas particularidades próprias ao desenrolar da constituição histórica do capital em diferentes paisagens sociais.

---

<sup>2</sup> Doutor. Universidade Federal do Maranhão. colaborador: Tássio Carlos R. Filgueiras.



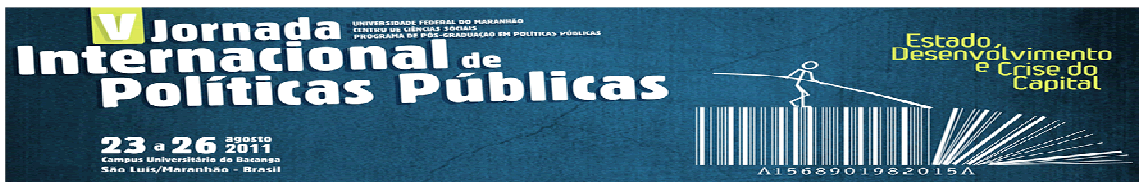
Como superposição de diferentes modos de produção articulados em um mesmo tempo histórico, o movimento da economia solidária apresenta-se como rugosidades das relações sociais burguesas de produção, segundo SANTOS (1988), e como experimento prático na construção de uma sociedade harmônica e emancipada. Entretanto, segundo Santos e Rodrigues (2002), nenhuma dessas novas propostas representa uma alternativa sistêmica ao capitalismo, ou seja, não se apresentam como um novo modo de produção, pois, como afirma Vainer (s/d), não é possível construir uma alternativa à economia capitalista dentro dos seus próprios marcos. Ainda segundo Silva (1978),

é necessário encarar as relações de produção não-capitalistas como sendo reproduzidas pelo movimento de acumulação de capital. Sua existência pode se tornar necessária para o sistema, pelo menos num determinado momento histórico, e não entrave ao desenvolvimento... A reprodução das relações não-capitalistas se dá sob a égide do capital, ao mesmo tempo que a reprodução do capital baseia-se em relações não-capitalistas. A interação dos setores atrasado e 'moderno' nada mais é que a configuração dessa contradição, na medida em que ao mesmo tempo se constitui num limite à expansão das forças produtivas ou à modernização em geral, ela mesma propicia condições à acumulação de capital (Silva, 1978, p. 11)

A economia solidária se apresenta, assim, como proposta de uma nova sociedade emancipada, em potência, e traz em seu bojo elementos do novo (os germes de uma nova sociedade, da sociedade comunista), embora os meios de engendrar o novo ainda não se manifestam na forma acabada do novo ser social; homens humanizados, produzindo homens humanizados, emancipados, segundo TAVARES (2009). Isto sé será possível:

pressupondo um grande aumento da força produtiva, isto é, um estágio elevado de seu desenvolvimento. Por outro lado esse desenvolvimento das forças produtivas (que já implica que a existência empírica real dos homens se desenrole no plano da história mundial e não no plano da vida local) é uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, a penúria se generalizaria... (MARX E ENGELS, 1998, p.31)

Ainda segundo TAVARES (2009), a base da reprodução do capital tem engendrado, como crítica material, elementos degenerativos, assim como, os da possibilidade e da necessidade de superação da existência social e humana sob a mediação do capital. A lógica centralizadora e concentradora do capital compromete sua reprodução, na medida em que põe em xeque a possibilidade de reprodução da classe trabalhadora em seus limites mínimos, nos termos de "igualar-se ao valor dos meios de subsistência necessários à sobrevivência do trabalhador e sua família, que



constitui o custo de uma cesta de consumo, cuja composição estaria associada ao conjunto de bens e serviços determinado histórica e biologicamente” segundo POCHMANN E PRONI; ou nos termos de MARX (1844) que

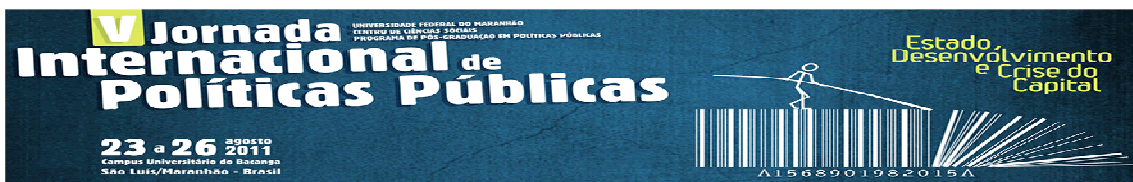
a taxa mais baixa e a unicamente necessária para o salário é a subsistência do operário durante o trabalho, e mais o bastante para que ele possa alimentar uma família e para que a raça dos operários não se extinga. O salário habitual é segundo SMITH, o mais baixo que é compatível com a simples humanité, a saber, com uma existência animal.

A essência da crise do capital se encontra nas dificuldades que a relação salarial se estabelece com o objetivo de reproduzir força de trabalho. A relação salarial tem, pois, apresentado limitações em sua capacidade de garantir a reprodução da força de trabalho.

Devido às alterações tanto no processo de trabalho, que gerou intensivo grau de liberalização do processo de trabalho imediato a partir do desenvolvimento da grande indústria (MARX, 1988 b), quanto nas possibilidades de reprodução social por meio do salário, trabalhadores são levados a migrarem para outras atividades alternativas ao assalariamento, ou ainda a uma situação de lupemproletariado situados a margem do circuito do grande capital, que, no entanto, indiretamente intensificam a produção da mais-valia social, ordenada por “fios invisíveis” (MARX, 1988b; TAVARES, 2004) onde há predominância do salário por peça (MARX, 1988a).

Tal como o amontoamento do capital aumenta a quantidade da indústria e, portanto, dos operários, a mesma quantidade da indústria traz, com esta acumulação, uma maior quantidade de obras que se torna sobreprodução e acaba ou por pôr sem trabalho uma grande parte de operários ou por reduzir o seu salário ao mais miserável mínimo (MARX, 1844)

Não são fenômenos recentes os experimentos sociais emancipatórios em resposta aos efeitos excludentes do capitalismo. Também não é recente a busca de alternativas baseadas nos princípios cooperativistas e de coletividade dos meios de produção. Tampouco são raros os autores que teorizaram sobre uma sociedade utópica, harmônica e igualitária. Entretanto, é somente a partir do aprofundamento da barbárie ocasionado pelo amadurecimento e crise do capital na década de 1980, que o movimento da economia solidária ganha força na América Latina.



## 1. MAPEAMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIO E ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Diante da alternativa que se propõe a economia solidária enquanto espaço de reprodução social dos trabalhadores em contexto de crise a sociedade salarial e partindo do pressuposto que a reprodução social no século XXI se caracteriza em seu aspecto degenerativo do ser social (TAVARES, 2009; FREITAS, 2010), é fundante averiguar e comparar esta capacidade de reprodução social no âmbito da economia solidária. Entretanto,

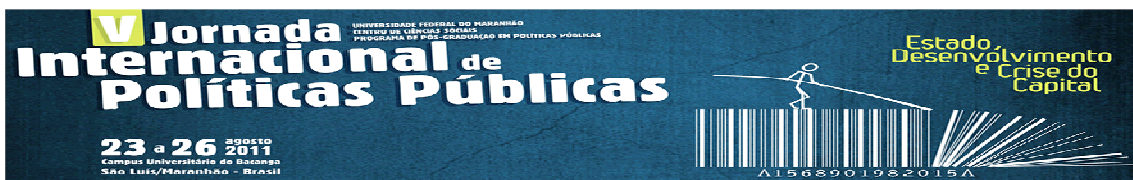
Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado das atividades desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto a maneira como produzem. (MARX e ENGELS, pág. 11, 1998).

Para tanto, nos valeremos dos dados obtidos pelo Projeto de Pesquisa “Mapeamento de Empreendimentos Econômico-Solidários e Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária” realizado nos anos de 2005-2007 pelo núcleo UNITRABALHO/UFMA/FSDU, que alimentou a base do SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária - onde foram identificados e mapeados 793 empreendimentos organizados coletivamente sob a forma de autogestão e que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

Segundo Termo de Referência para Implementação do SIES/MTE (s/d), são caracterizadas como Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações: coletivas que são consideradas suprafamiliares, singulares ou complexas; cujos participantes ou sócios são trabalhadores (as) que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; permanentes, incluindo empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação; que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e que realizam atividades econômicas de produção de bens e prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário.

Com os resultados dessa pesquisa, identificamos que em 17,78% dos empreendimentos a remuneração dos sócios atinge o limite de R\$150,00; em 14,63% a remuneração está na faixa de R\$150,00 a R\$300,00; em 14,63% a remuneração





varia entre R\$300,00 e R\$600,00; e somente 2,78% atingem níveis superiores a R\$600,00. 50% dos empreendimentos não responderam ou não conseguiram remunerar seus sócios.

Isto revela que os rendimentos apresentados pela economia solidária são bastante semelhantes aos rendimentos obtidos no âmbito das relações propriamente capitalista de produção dos maranhenses, pois conforme a pesquisa 2004 do IBGE: 43,9% da População Economicamente Ativa (PEA) não tinham rendimento ou ganhava até R\$ ½ salário-mínimo e 22,7% ganhavam entre ½ a 1 salário-mínimo, nos valores do ano de 2005 (R\$300,00).

Quanto ao tipo de remuneração, verifica-se o predomínio da remuneração por produto ou produtividade (por peça) em 65% dos empreendimentos, enquanto somente 3% remuneram seus sócios por remuneração fixa.

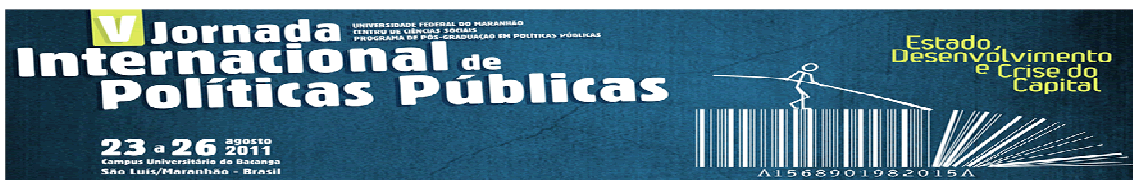
## CONCLUSÃO

Concluimos por comprovar semelhante à capacidade de reprodução social dos trabalhadores entre a economia solidária e as relações formais de trabalho. Os níveis de remuneração atestam o caráter degenerativo da reprodução social, seja no âmbito das relações capitalistas ou da economia solidária, ocasionando problemas de médio e longo prazo à saúde e capacidade de trabalho do trabalhador ou para gerações futuras da classe trabalhadora, sem implicar, necessariamente, em prejuízos ao processo de acumulação de capital, pois o aprofundamento da acumulação de capital pode ocorrer, e geralmente ocorre, sem haver um aumento correspondente no nível de salários devido à concorrência entre proletários.

E, não obstante a renda obtida pelos trabalhadores da economia solidária se assemelha aos níveis da renda obtida pelos trabalhadores assalariados da economia formal, portanto, que o “mesmo” produto seja obtido pelas duas formas de produzir, é exatamente a forma de produzir em transformação que determina o homem histórico.

## REFERÊNCIAS

FREITAS, César Augustus Labre Lemos de. **A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lupemproletariado**. Tese apresentada no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.



GRADE, Marlene; Aued, Idaeto Malvezzi. **Economia Solidária: um caminho para a superação da sociedade capitalista?**

[www.sep.org.br/artigo/p\\_congresso\\_old/11\\_grade.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/p_congresso_old/11_grade.pdf)

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Ed. Avante: Lisboa. 1993

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**: Volume I – Livro Primeiro (Tomo 1). São Paulo: Nova Cultural, 1988 a. (Coleção Os Economistas)

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**: Volume I – Livro Primeiro (Tomo 2). São Paulo: Nova Cultural, 1988 b. (Coleção Os Economistas)

\_\_\_\_\_. **Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política, 1859**.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

POCHMANN, Marcio; PRONI, Marcelo W. Características do movimento geral do rendimento assalariado no processo de reprodução capitalista. In: **I Encontro Nacional de Economia Clássica e Política. Sociedade Brasileira de Economia Política**. Niterói, 05 a 08 de junho de 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. RODRIGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura (org). **Produzir para viver – os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses Do Espaço Habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

SILVA, José Graziano da, et al. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo. Hucitec. 1978.

TAVARES, João Claudino. **Reprodução da capital, transição social e emancipação humana**. Revista de Políticas Públicas. São Luis, dez/2009. V13, n02.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARAES, Gonçalo (org). **Sindicalismo e cooperativismo. A economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro/São Paulo: COOPE/UFRJ. Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas Populares, UNITRABALHO, 1999.

## MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO PIAUÍ (2009-2010): coleta de informações e resultados preliminares.

Solimar Oliveira Lima<sup>3</sup>

### RESUMO

Tomando-se como referência o Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e realizado no Piauí, nos anos 2009-2010, apresenta-se aspectos do processo de trabalho da equipe responsável pela pesquisa e algumas tendências do comportamento dos Empreendimentos e da Economia Solidária no estado.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Mapeamento de empreendimentos. Empreendimentos solidários no Piauí.

### ABSTRACT

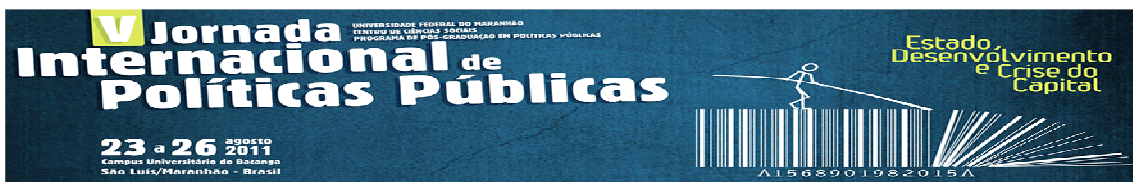
Being overcome as reference the Mapping of the Solidary Economic Enterprises developed by the National Secretariat of Solidary and carried through Economy in the Piauí, in years 2009-2010, presents aspects of the process of work of the responsible team for the research and some trends of the behavior of the Enterprises and the Solidary Economy in the state.

**keyword:** Solidary economy. Mapping of enterprises. Solidary enterprises in the Piauí.

## INTRODUÇÃO

O trabalho produtivo tem se fragilizado consideravelmente com o avanço da acumulação capitalista nos países centrais e em áreas mais dinâmicas de algumas economias periféricas fortemente vinculadas a divisão internacional do trabalho. Contemporaneamente, nessas economias, acentua-se a histórica perda de postos de trabalho frente às crescentes novas tecnologias que faz aumentar o desemprego estrutural. A esse processo se associa a crescente redução de investimentos produtivos em face da financeirização da economia que sobrepõe a especulação à

<sup>3</sup> Doutor em História. Universidade Federal do Piauí (UFPI). [S.olima@bol.com.br](mailto:S.olima@bol.com.br)

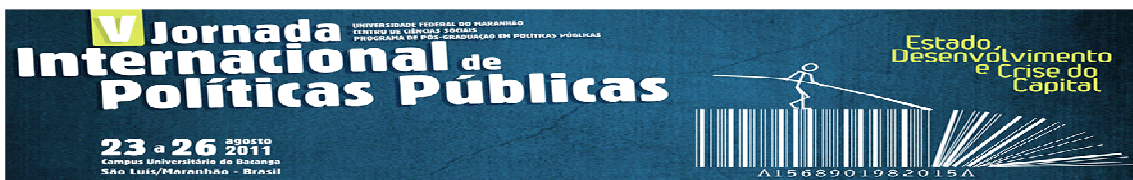


base real da economia gerando - e prolongando - a crise atual do capitalismo. (ANTUNES, 2010; DIERCKXSEN et al, 2010)

Uma alternativa à manutenção da acumulação dessas áreas tem sido o gradual deslocamento dos investimentos produtivos para outras regiões, aproveitando-se as condições extremamente favoráveis como a existencia de abundante mão de obra e reduzidos níveis salariais. No Brasil, a partir do capital concentrado no centro-sul, cresce a ampliação desses redirecionamento de investimentos produtivos para economias regionais. Nesse contexto, no caso específico do Piauí, potencializa-se a tendencia de continuidade da expansão autonoma dos investimentos em cadeias produtivas com baixos custos de produção notadamente na zona rural e o controle da produção de grãos e de produções diversas no setor primario com valor no mercado internacional.

Por outro lado, nesse movimento de deslocamento de investimentos, a consolidação, no Piauí, do setor improdutivo parece inconteste. Neste campo, deverá crescer ainda mais - e com maior diversificação - o comercio e os serviços. A proliferação, em especial, de grandes grupos comerciais na capital – Teresina - é um indicativo da vitalidade desta tendencia que prioriza o consumo como forma secular de transferencia de riqueza. Assim, torna-se cada vez mais consistente no setor improdutivo - embora apareça socialmente como gerador de riqueza apenas por gerar lucros- a acumulação do capital local fortemente concentrado em poucos ramos.

O crescimento da economia piauiense, ainda é inconsistente para romper com a fragilidade da base economica, especialmente no que respeita a sua capacidade de geração de trabalho e renda. Embora se amplie o número de assalariados, na cidade e no campo, cresce também a quantidade de pessoas no mercado de trabalho. Diante da necessidade de ampliação de consumidores forjam-se então alternativas para a ocupação e geração de renda da classe trabalhadora. Uma delas, seguindo a tendencia mundial, é a produção direta independente. Contudo, a produção independente permite aos trabalhadores uma autonomia frente às relações sociais predominantes, que se baseiam na propriedade exclusiva pelo capital dos meios de produção. Os produtores, em geral pequenos, passam a ter, diretamente, a propriedade dos instrumentos de trabalho e dos resultados do trabalho, a produção; bem como passam a relativamente controlar o processo de comercialização determinando preços e gerenciando renda. Historicamente, a existencia desta

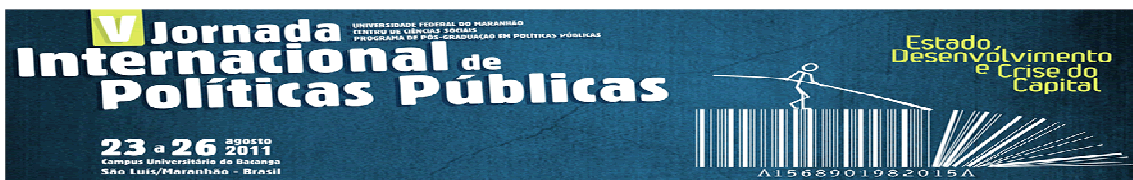


produção independente, absorvendo predominantemente a mão de obra, constituiu momentos de transição para outras formas de organização social.

O desemprego, a precarização das relações de trabalho e o processo de terceirização da produção têm fabricado cada vez mais trabalhadores inseridos neste contexto. Uma possibilidade resulta nos chamados empreendedores, individuais ou empregadores. Investimentos em mídia, treinamentos e incentivos fiscais e financeiros, motivam e multiplicam os pequenos negócios. Fundam-se no idealismo e individualismo como alternativa de melhoria de vida, fortalecendo a ideologia dominante do sucesso e mobilidade social para o mundo da pequena burguesia. Esta pequena produção em nada incomoda o capitalismo, pelo contrário, continua a fortalecer, pela concorrência, o processo de apropriação do trabalho, ainda que o produtor não seja mais assalariado. Esta experiência reafirma um caráter conservador da produção direta independente. (LIMA, 2010)

Outra possibilidade é a solidariedade. A solidariedade, em rigor, não é uma novidade na organização social, ainda mais entre os detentores de poder que a associa à hierarquia nas relações para a contínua e sistemática exploração e submissão de classe, gênero e raça/etnia. A contaposição à hegemonia dominante a partir da solidariedade parece ganhar sentido de superação da ordem quando assumida como mecanismo estratégico de trabalhadoras e trabalhadores no enfrentamento do poder que as/os submetem socialmente. A face transgressora da solidariedade seria uma possibilidade, por exemplo, para, além da submissão cordial, as transformações no mundo do trabalho. O avanço no caráter transgressor da solidariedade apontaria para uma ruptura com o modelo opressor, possibilitando reconstruções de experiências nas relações de trabalho, na organização produtiva e na distribuição de renda. (SINGER, 2002)

Solidariedade nesse sentido não é símbolo de relações sociais, é materialidade de novas práticas organizativas sociais. Entre as trabalhadoras e trabalhadores, desenvolveu-se uma em particular que tem sido mais comumente denominada Economia Solidária. Esta economia caracteriza-se, essencialmente, em experiência baseada na cooperação do trabalho, na autogestão da produção e socialização dos resultados entre as trabalhadoras e trabalhadores. A Economia Solidária desde os anos de 1951 a 1970 – quando se identificam os quatro primeiros registros de empreendimentos solidários no Piauí - constitui-se uma experiência das trabalhadoras e trabalhadores piauienses.



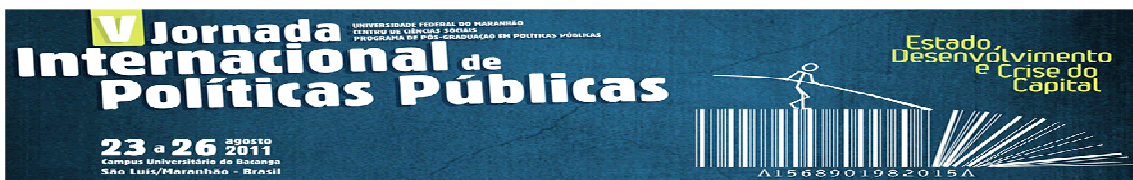
Apresenta-se a seguir aspectos do processo de trabalho e alguns resultados preliminares do Mapeamento dos Empreendimentos Economicos Solidarios-EES realizado em 2009-2010 no Piauí. Toma-se como referencia os procedimentos do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, que é um sistema de identificação e registro de informações sobre Economia Solidária no Brasil, tendo como principais objetivos: (i) Constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento À Economia Solidária; (ii) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais; (iii) Favorecer a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo os processos organizativos de apoio e adesão da sociedade e (iv) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Economia Solidária. (BRASIL, 2007).

## 1. O MAPEAMENTO E TENDENCIAS DOS EES

Os procedimentos metodologicos do Mapeamento dos EES no Piauí seguiram as determinações da SENAES. A equipe, selecionada a partir de chamada pública, foi formada por coordenação estadual, supervisão, auxilio administrativo e 22 pesquisadores. Toda a equipe recebeu capacitação sobre a metodologia do Mapeamento que buscou investigar as características gerais dos empreendimentos, a tipificação e dimensionamento da atividade econômica, formas de investimentos, acesso a crédito e apoios, gestão do empreendimento, situação de trabalho no empreendimento, dimensão sociopolítica e ambiental, e de gênero.

O processo de seleção da equipe, assim como a capacitação foi acompanhado diretamente pelo Forum Estadual de Economia Solidária e pela Comissão Gestora Estadual – CGE, constituída por entidades com assento no Fórum. A CGE também participou do processo de definição das estratégias para garantir maior cobertura e abrangencia do Mapeamento, garantindo-se, como exige os procedimentos do SIES a revisita em todos os EES que já compõem a base de dados efetivada a partir do Mapeamento realizado em 2005-2007.

Para tanto, tomou-se como referencia a Divisão Territorial do Piauí, elaborada em 2003 pela Secretaria Estadual de Planejamento. Segundo a Divisão o estado é

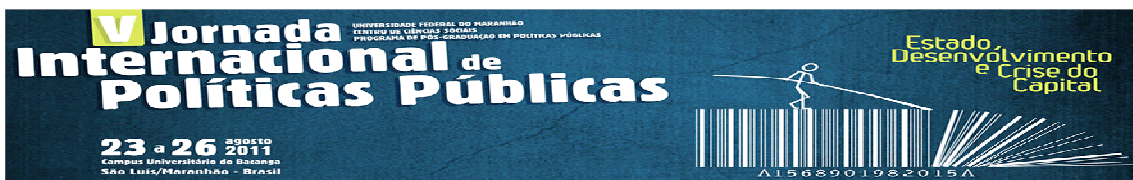


composto por quatro Macrorregiões (Litoral, Meio-Norte, Semi-Árido e Cerrados), 11 Territórios de Desenvolvimento (Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Vale da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras) e 25 Aglomerados, nos quais encontram-se alocados, conforme a base territorial, os 224 municípios do estado. (PIAUI, 2003). Nesse contexto, constituiu-se meta do Mapeamento a revisita de 1.472 EES e 198 novos EES a partir da sua identificação e levantamento preliminar realizado pela CGE. A meta contempla ainda 60 Entidades de apoio e fomento a economia solidária e 10 novas políticas públicas de economia solidária, além das cinco cadastradas no Mapeamento de 2005-2007.

A meta estabelecida foi cumprida, embora no que respeita precisamente aos EES ainda estejamos em fase de conclusão da aplicação de questionários em alguns municípios, o que inclui também revisitas a alguns empreendimentos em face de dúvidas em respostas ao questionário aplicado. O processo de coleta de informações foi construído com a parceria do Fórum Estadual de Economia Solidária e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária, dentre elas destacam-se a Caritas Brasileira, a Obra Kolping, a Federação da Agricultura e Sindicatos Rurais. Essas e outras entidades viabilizaram, diretamente, às vezes até mesmo facilitando infraestrutura, em alguns municípios, o contato dos entrevistadores com os EES.

Os questionários, após entregues pelos entrevistadores a Coordenação Técnica Estadual-CTE, eram revisados e encaminhados a CGE para validação. Caso fosse encontrado quaisquer divergências de informações ou outros problemas eram reencaminhados ao entrevistador para os procedimentos de adequações ou até mesmo revisita ao EES. Todos os questionários foram devidamente fotocopiados no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí, instituição parceira do Mapeamento no estado através de um projeto de pesquisa que contempla cinco pesquisadores de iniciação científica. Após esse procedimento, os questionários eram encaminhados a Coordenação Regional, em São Luís, para digitação das informações que devem compor a nova base do SIES.

A análise preliminar das informações apontam algumas tendências do comportamento dos EES e do futuro da economia solidária no Piauí. Destaca-se inicialmente a não localização de EES mapeados em 2005-2007, EES que deixaram de existir e aqueles que não atendem mais aos critérios de definição de EES pela SENAES. Do total de EES existentes predominam os pequenos empreendimentos e



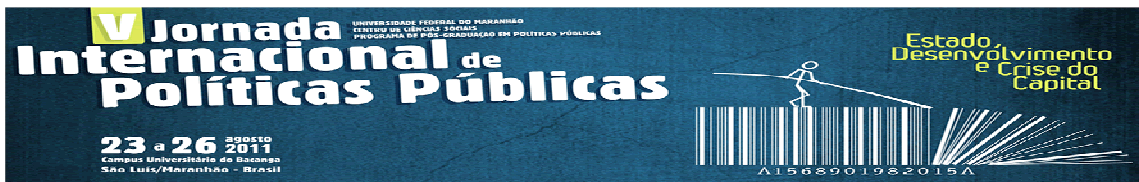
as experiências rurais. Nos municípios de maior concentração demográfica, em especial no Território Entre Rios, onde se localiza a Capital e a região denominada Grande Teresina percebe-se um maior adensamento de EES urbanos. Os principais problemas apontados são as dificuldades de acesso a crédito e de comercialização; e os reduzidos níveis de rendimentos.

Contudo, a Economia Solidária no Piauí mostra-se, em que pese à fragilidade econômica, uma experiência consolidada. Não é por outro motivo que a produção solidária, induzida pelo poder público ou desenvolvida a partir das próprias iniciativas das trabalhadoras e trabalhadores, é cada vez mais incentivada pelas forças de Mercado e do Estado. Contudo, essa aproximação tem se revelado em forte estratégia de controle. (SILVA et. al, 2010). O percurso delineado pela responsabilidade social do Capital e pelas políticas públicas do Estado tende a transformar a Economia Solidária em uma experiência complementar ao processo de acumulação capitalista, como já anunciado recentemente pelo governo federal quando objetiva a criação de um organismo para executar as políticas das Micro e Pequenas Empresas, dentre elas as relacionadas à Economia Solidária.

As ações de contribuição do Mercado e do Estado à economia solidária, mantidos os rumos já delineados, apontam para um enfraquecimento da sua força política de transformação. Na linguagem oficial da parceria público-privada, as experiências solidárias já são identificadas como empreendimentos solidários. Este é apenas um exemplo. A Economia Solidária no Piauí parece enfrentar ainda outros desafios. Vejamos alguns aspectos tendenciais. Um aspecto parece fundamental: a tendência do aumento de oferta de empregos na economia piauiense, ainda que com baixos níveis salariais. A busca pela empregabilidade e (a falsa ideia de ) segurança pode ser um dos fatores de desmotivação as experiências de trabalho cooperado.

Na produção solidária percebe-se uma reduzida capacidade produtiva que decorre fundamentalmente da simplicidade da base tecnológica e elevada dependência do elemento subjetivo, trabalho humano. Com produção limitada, e quase sempre com problemas de qualidade frente ao padrão capitalista mercantil, a tendência é a redução da capacidade de gerar renda. O caráter mercantil da produção solidária para se concretizar de forma independente necessitaria de circuito específico de comercialização, o que efetivamente ainda não acontece visto ser poucas as experiências, além de muito frágeis. Assim, a comercialização assenta-se no processo comercial predominante, enfrentando a voraz concorrência capitalista.



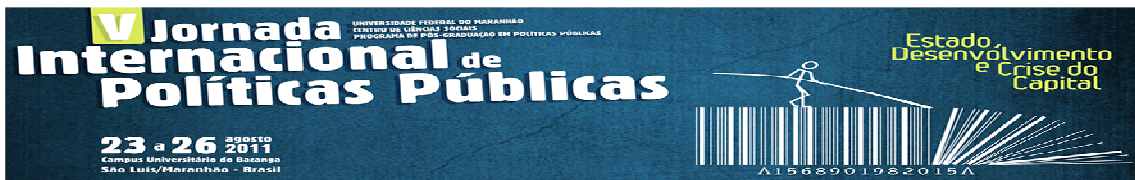


Ampliar a capacidade competitiva no mercado capitalista poderia ser uma estratégia, contudo não fortalece os princípios da solidariedade.

## 2. CONCLUSÃO

Os resultados preliminares do Mapeamento dos EES apontam em que pese uma provável redução quantitativa, para a consolidação da Economia Solidária no Piauí. Ainda que os EES apresentem fragilidades, especialmente na organização, comercialização e rendimentos, apresentam também fortes vínculos com os movimentos sociais e comunitários. Além disso, a produção baseada na cooperação igualitária tende a fortalecer os vínculos familiares dos associados. Essas características recuperaram a experiência da gênese do trabalho que é a socialização. Na cultura originária do trabalho apenas há lugar para a divisão natural, sem fazer dela base para desigualdades sociais. Contudo, a solidariedade é de pequena abrangência - embora esteja presente em quase todos os municípios -, e ainda se constitui como uma experiência de grupos focalizados e específicos. Numa perspectiva coletiva, carece de uma maior aceitação pelo conjunto das trabalhadoras e trabalhadores que se mantêm fidelizados aos vínculos e obrigações predominantes no mercado de trabalho.

O fortalecimento da Economia Solidária no Piauí, mantendo seus valores e princípios, pressupõe uma compreensão política do não deslocamento do trabalho da centralidade das relações sociais de produção capitalista. Os produtores em geral, e em particular o movimento social, não deve naturalizar, tampouco positivar, o desaparecimento do trabalho do contexto da produção nos moldes preconizados pelo Capital. Esta movimentação provoca, em rigor, uma nova alienação do trabalho no processo produtivo arrefecendo a luta pela emancipação. O capital contemporâneo já demonstrou que o antagonismo de classes não desaparece com a desproletarização. A apropriação do trabalho, ainda que sob novas estratégias, continua a ser o foco da luta de classes. Se um outro mundo é possível não é preciso fazer dele uma reedição do atual. Para fortalecer a solidariedade, um caminho seguro parece ser o de investir nestas experiências que se mostram transgressoras da ordem capitalista.



## REFERENCIAS

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informação Solidária-SIES. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 07 jun 2011.

DIERCKXSEN, W. et al. Século XXI: crise de uma civilização. Fim da História ou começo de uma nova História? Goiânia: CEPEC, 2010.

LIMA, S. O trabalho e Economia Solidária. Informe Econômico, Teresina, a. 11, n.23, p. 27-28, 2010.

PIAUÍ. Secretaria Estadual de Planejamento. Divisão Territorial do Piauí. Teresina: SEPLAN, 2003.

SILVA, N. de M. et al. Economia Solidária no Piauí: a solidariedade na reivenção do espaço público. Informe Econômico, Teresina, a. 11, n. 24, p. 30-35, 2010.

SINGER, P. Introdução a economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.